



DE 14 A 18 DE MAIO DE 2018 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

■ ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

Projeto de Lei 881/XIII

Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho)

Autoria: PCP

Proposta de Lei 134/XIII

Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental.

Autoria: Governo

Proposta de Lei 133/XIII

Altera o regime jurídico do associativismo jovem.

Autoria: Governo

Proposta de Lei 132/XIII

Autoriza o Governo a aprovar o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943.

Autoria: Governo

Proposta de Lei 131/XIII

Altera a Lei das Finanças Locais.

Autoria: Governo

Projeto de Lei 877/XIII

Acesso a informação bancária por Comissões Parlamentares de Inquérito e transparência relativamente aos grandes créditos incumpridos ou reestruturados em instituições financeiras que recebem do estado um apoio à sua capitalização

Autoria: PSD

ÚLTIMOS DIPLOMAS APROVADOS

Decreto da Assembleia 204/XIII

Direito a indemnização por infração ao direito da concorrência, transpõe a Diretiva 2014/104/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia, e procede à primeira alteração à Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o novo regime jurídico da concorrência, e à quarta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, Lei de organização do sistema judiciário



ENERGIA

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018 - Diário da República n.º 95/2018, Série I de 2018-05-17](#)

Assembleia da República

Comissão Parlamentar de Inquérito ao pagamento de rendas excessivas aos produtores de eletricidade



FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Banco de Portugal atualiza indicadores das empresas não financeiras da Central de Balanços – 2014 a 2016](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório dos Sistemas de Pagamentos de 2017](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores mensais dos fundos de investimento mobiliário - abril de 2018](#)

[Indicadores trimestrais de intermediação financeira - 1º trimestre de 2018](#)

 **FISCAL**

[Portaria n.º 139/2018 - Diário da República n.º 94/2018, Série I de 2018-05-16](#)

Finanças

Fixação da percentagem de receitas do Fundo de Estabilização Tributário (FET) do ano de 2017

[Decreto-Lei n.º 33/2018 - Diário da República n.º 93/2018, Série I de 2018-05-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018

 **SAÚDE E LIFE SCIENCES**

[Portaria n.º 141/2018 - Diário da República n.º 96/2018, Série I de 2018-05-18](#)

Saúde

Primeira alteração à Portaria n.º 96/2014, de 5 de maio, que regulamenta a organização e funcionamento do Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV)

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[ANACOM promove debate com operadores para assinalar o Dia Mundial das Telecomunicações e saúda o estabelecimento de um acordo de autorregulação](#)

Mesa redonda sobre o tema "A utilização da Inteligência Artificial para o bem comum", tem lugar a 17.05.2018, às 18h00 na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa.

[Aprovada revisão das linhas de orientação sobre poder de mercado significativo](#)

A Comunicação foi aprovada pela Comissão Europeia a 27.04.2018.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 17 DE MAIO DE 2018

[O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o decreto-lei que transfere para os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde as atribuições de gestão e exploração direta do Centro de Conferência de Faturas do SNS, que passa a denominar-se Centro de Controlo e Monitorização do SNS.

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. tem experiência adquirida ao longo dos últimos anos no exercício das suas competências de gestão dos sistemas de informação da saúde, compras públicas no setor da saúde, e desmaterialização de processos.

2. Foi aprovado o decreto-lei que estabelece o regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2193.

O diploma fixa os princípios, objetivos e instrumentos apropriados à garantia da proteção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações.

3. Foram aprovados três decretos relativos a acordos internacionais:

- Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América sobre Privilégios e Imunidades Consulares, assinado em Lisboa, a 14 de dezembro de 2017. Com o objetivo de reforçar a proteção de que beneficiam os funcionários e empregados consulares, bem como as suas respetivas famílias, a implementação deste acordo contribuirá para o funcionamento eficiente dos postos consulares em representação dos respetivos Estados e para um aprofundamento das relações de amizade entre Portugal e os Estados Unidos da América;

- Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre Cooperação Económica, assinado em Lisboa, em 18 de dezembro de 2017. O Acordo constitui um instrumento da maior importância para os dois países desenvolverem e reforçarem as relações económicas, incluindo a promoção e desenvolvimento da cooperação económica e técnica em áreas como a Indústria Química, as Infraestruturas, os Transportes, o Ambiente, o Turismo e a Normalização e Metrologia;

- Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às substâncias que empobrecem a Camada de Ozono, adotada no âmbito da vigésima oitava Conferência das Partes, realizada em Quigali, em 15 de outubro de 2016. Esta Emenda introduz uma redução gradual do consumo e da produção de hidrofluorocarbonetos (HFC) nas medidas de regulamentação do Protocolo de Montreal, com vista a reduzir a contribuição destas substâncias para as alterações climáticas.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

[Regulamento de Execução \(UE\) 2018/732 da Comissão, de 17 de maio de 2018, relativo a uma metodologia comum para a comparação dos preços unitários dos combustíveis alternativos em conformidade com a Diretiva 2014/94/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

[Regulamento de Execução \(UE\) 2018/724 da Comissão, de 16 de maio de 2018, relativo a certas medidas de política comercial respeitantes a determinados produtos originários dos Estados Unidos da América](#)


[Decisão \(PESC\) 2018/712 do Conselho, de 14 de maio de 2018, que altera a Decisão \(PESC\) 2016/2382 que cria a Academia Europeia de Segurança e Defesa \(AESD\)](#)

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Qualidade do ar: Comissão toma medidas para proteger os cidadãos contra a poluição atmosférica](#)

[Política de vistos da UE: Comissão melhora o Sistema de Informação sobre Vistos para proteger mais eficazmente as fronteiras externas da UE](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017 - 2011